



**EDITORIAL**

*Isabel Carvalho Viana*<sup>1</sup>

*INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO MINHO*

*Carlos Manuel Ribeiro da Silva*<sup>2</sup>

*INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO MINHO*

*Carlos Ferreira*<sup>3</sup>

*ECHE, UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO*

Os tempos atuais, a nível social, cultural, económico e educativo, são profícuos em assuntos tão pertinentes como perturbadores e que a todos nos interrogam sobre o rumo que a humanidade segue ou sobre os objetivos que persegue e deseja para as suas gerações vindouras. São assuntos de ontem, da atualidade e de sempre, que se tornaram prementes, pois as suas implicações são para hoje e condicionam, no limite, a (sobre)vivência da/na Terra, como a conhecemos, como planeta verde, diverso, plural e, sobretudo, habitável de forma sustentável entre povos diversos, idiossincráticos e entrelaçados. Não nos cabe neste espaço refletir e aprofundar essas temáticas, pois não é esse o objetivo, ainda que se possa vislumbrar, a multiplicidade, a abrangência e a complexidade das mesmas. Por isso, precisamos, talvez, de um exercício de maturação e reflexão, mais próximo de momentos pausados de uma análise crítica com tempo, por aproximações sucessivas e responsabilidades partilhadas, onde se torna pertinente o “elogio da lentidão” (Maffei, 2018), como sinónimo de ponderação, de respeito pela memória, de dissipação de dúvidas que nos inquietam, porque “cá dentro inquietação, (...) é só inquietação, (...) porquê, não sei - ainda”<sup>4</sup>.

E porque a inquietação nos impregna de emoções, mas também de tentativas de (re)equilíbrios e de sistematizações, que os processos de racionalização procuram clarificar, foquemo-nos, então, em algo mais concreto, próximo e tangível, que são as políticas educativas e curriculares, alvos de atenção da comunidade educativa e da sociedade portuguesa em geral,

---

<sup>1</sup> Instituto de Educação da Universidade do Minho; membro integrado do Centro de Investigação de Estudos da Criança (CIEC). [icviana@ie.uminho.pt](mailto:icviana@ie.uminho.pt).

<sup>2</sup> Instituto de Educação da Universidade do Minho; membro integrado do Centro de Investigação de Estudos da Criança (CIEC). [carlos@ie.uminho.pt](mailto:carlos@ie.uminho.pt).

<sup>3</sup> Escola de Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro; [cferreira@utad.pt](mailto:cferreira@utad.pt).

<sup>4</sup> Da música intitulada “Inquietação”, de José Mário Branco, recentemente falecido em 19 de novembro de 2019. Faixa musical incluída no álbum “Ser solidário”, editado em 1982, pela editora “Edison - Som”.

nos tempos mais recentes. Assim, as alterações legislativas preconizam uma educação orientada por princípios de uma escola inclusiva (Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho) e consubstanciada numa profissionalidade docente caracterizada pela autonomia e flexibilidade curricular (Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho).

Muito se poderia dissertar sobre o processo a decorrer, mas ficamos por uma reflexão inicial que interpela dois pressupostos, que a seguir se apresentam, a partir de autores e textos consagrados (Formosinho, 1987; Lemos Pires, 1989) no campo das Ciências da Educação, em Portugal, e que desde longe nos apontam para a essência das discussões atuais. Primeiro, a escola não deve tolerar mais um paradigma educacional da uniformização e homogeneização, onde aplica a todos os alunos, e com a mesma configuração, o currículo ou trata de igual forma, como se o aluno concreto fosse uma simples abstração, conforme referido, na frase, já clássica, de Formosinho (1987), “currículo uniforme pronto a vestir de tamanho único”, potenciando o insucesso escolar e o abandono precoce. Depois, a escola atual precisa de perceber que a equidade de oportunidades e de resultados implica um paradigma de diferenciação pedagógica, com pressupostos de discriminação positiva para quem mais urge atender. Para Lemos Pires (1989)<sup>5</sup>, a função da escola pública é providenciar o direito constitucional de acesso e sucesso educativo, tornando-a universal, através dos conceitos operatórios da gratuidade e obrigatoriedade. A essência da universalidade só é assumida se, de facto, a todos garante o sucesso educativo; caso contrário, é uma violência imposta às crianças e jovens, pois o estado não se impõe a si próprio formas e meios efetivos de concretização de tal desiderato. Trata-se de inverter uma lógica há muito consagrada nas práticas do sistema educativo português: refutar uma “sequencialidade regressiva”, subordinada ao termo final da escolaridade, onde impera uma lógica de seleção que é própria de uma educação de elites; para trabalhar segundo uma “sequencialidade progressiva”, que garanta “finalidade autónoma”, “universalidade” e “sucesso escolar para todos” da escolaridade básica, numa lógica de articulação entre diferentes níveis de ensino, em que a escolaridade de base é determinante na construção da sequencialidade escolar subsequente.

Assim, num tempo em que nos aproximamos do final de 2019 e, por isso, no virar de uma nova década deste novo século XXI, cada vez mais preenchido de desafios, complexidades, incertezas e de novas agendas, que desejamos, apesar dos riscos sempre presentes, as mais proveitosas para o bem-estar das sociedades e das pessoas, onde a educação se deve afirmar como um dos seus pilares essenciais, com ênfase na educação pública, e a equidade do relacionamento e da ação seja o caminho para a sua universalidade; tendo por referência este

---

<sup>5</sup> Pelo carácter simbólico do mesmo, destaca-se a recente realização de um seminário em homenagem à obra e vida de Eurico Lemos Pires, aí referenciado como “uma personalidade marcante no campo da educação e da afirmação da identidade plural das ciências da educação”, promovida pela Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação (SPCE), no dia 6 de dezembro de 2019, no Instituto de Educação da Universidade do Minho.

Volume 2, do n.º 10, da Revista de Estudos Curriculares, deixamos aqui uma súmula dos contributos dos textos científicos<sup>6</sup>, evidenciando o diálogo proveitoso proporcionado pela investigação científica, que amplia e fortalece a discussão em torno de questões de importância nacional e global sobre o Currículo, sobre a Autonomia e a Flexibilidade Curricular, pela sequência com que são apresentados:

– Começamos com um texto de José Carlos Morgado, intitulado “Currículo, Gestão Curricular e Igualdade de Oportunidades”, onde refere que as políticas educativas mais recentes têm procurado dar prioridade às pessoas, estruturando-se em torno de, pelo menos, três finalidades: a inclusão educativa, a igualdade de oportunidades e o sucesso escolar, no sentido de caminhar para uma justiça social, tão fundamental para as sociedades contemporâneas. O autor tem por base o contexto atual da implementao dos pressupostos das políticas curriculares advindas do Projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular e do Regime Jurídico da Educao Inclusiva, sendo este uma peça integrante e fundamental das mesmas. Assim, partindo de conceitos de currículo e de gestão curricular atuais, o autor reflete sobre a sua importância na concretizao da igualdade de oportunidades, como um dos principais esteios da justiça social. Para concretizar a reflexão o autor propõe a estruturao do texto em torno de três segmentos principais: *desafios e dinâmicas atuais de mudança: da tirania do presente ao elogio da lentidão; o currículo como esteio de renovao; e gestão curricular e igualdade de oportunidades.*

– No segundo texto, Ariane Cosme e Rui Trindade elegem como alvo da sua ateno “O Projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular” (PAFC), relativo ao ano letivo de 2017-2018, com a problematizao da seguinte questão: “Que desafios curriculares e pedagógicos?”. Em concreto, estamos perante um processo de meta-análise realizado a partir de dois estudos nacionais sobre o denominado PAFC, no sentido de averiguar como as escolas participantes nesses estudos percecionaram os desafios curriculares e pedagógicos com que foram confrontadas. De acordo com os autores, o processo caracteriza-se por uma diversidade de posicionamentos e respostas que são detalhadas no texto, no intuito de se evidenciarem algumas das dificuldades, solues e condies consideradas “imprescindíveis para promover a rutura com o modo de ensino simultâneo e as práticas curriculares e pedagógicas subsequentes”. Pelo valor intrínseco dos aspetos referidos, apontam-se aqui, de acordo com o texto, os aspetos mais valorizados nas mudanças ao nível da dimensão curricular e pedagógica: “(i) a articulao, o trabalho interdisciplinar e a cooperao que este trabalho suscita; (ii) as respostas encontradas para lidar com o currículo enciclopédico e (iii) a diversificao das metodologias pedagógicas”. Tal não nos deve deixar de ponderar vulnerabilidades e dificuldades apuradas que persistem, como a falta de condies para realizar um trabalho tão

---

<sup>6</sup> Todos os textos que integram este número da revista são da exclusiva responsabilidade dos seus autores. Respeita as normas adotadas por estes.

exigente, a resistência dos professores face à mudança em curso ou mesmo os problemas eternos com os programas de estudo, neste caso em concreto reforçados pelo eventual conflito entre referenciais curriculares; às quais se pode acrescer as dificuldades de operacionalização da gestão flexível, da própria área de Cidadania e Desenvolvimento e da avaliação formativa. São desafios e possibilidades que devem ser entendidos, para os autores, no âmbito da generalização da Autonomia e Flexibilidade Curricular, com o Decreto-Lei n.º 55/2018, como fatores potenciadores da “democratização do sistema educativo português”.

– O texto que se segue, o terceiro nesta sequência, intitulado de “Currículo inclusivo. A proposta DUA - Desenho Universal para a Aprendizagem”, da autoria de Eladio Sebastián-Herederó, evidencia a necessidade de criar adaptações no currículo prescrito oficial como forma de dar resposta a todos os alunos para que os mesmos consigam aprender em contextos escolares ditos regulares, partindo da exploração da temática do atendimento às necessidades educativas, apresentadas pelos estudantes, numa lógica de educação inclusiva. Assim, o texto propõe-nos a exploração e reflexão em torno de um currículo inclusivo, de acordo com a proposta do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), como um marco que procura eliminar os obstáculos dos currículos regulares, no sentido de promover a aprendizagem para todos os estudantes, na sua diversidade, em qualquer tipo de instituição educativa, por intermédio da criação ambientes de aprendizagem acessíveis e flexíveis. Não se olha para os currículos e os alunos como meras abstrações, médias aritméticas e padrões ou regularidades, pelo que se procura encontrar formas diferenciadas de trabalhar a informação e de evidenciar a aprendizagem, ao mesmo tempo que se promove a motivação dos estudantes para aprender de forma continuada e autónoma, fazendo deles aprendizes avançados.

– O quarto texto, da autoria de Preciosa Fernandes e Elânia de Oliveira, versa as questões da educação inclusiva e da flexibilidade curricular, propondo-se indagar sobre o afastamento entre os discursos ditos “oficiais” e os discursos dos professores. Assim, o contexto inicial para a reflexão proposta no texto, intitulado “Educação inclusiva e flexibilidade curricular – aproximações e distanciamentos entre discursos «oficiais» e discursos de professores”, situa-se nos movimentos oscilatórios e efémeros das políticas curriculares que levam as escolas e os professores a “desconfiarem” dos eventuais benefícios que essas propostas podem trazer, tanto para a melhoria dos processos de trabalho curricular e pedagógico, como para as aprendizagens dos alunos. Em concreto, as autoras situam-se no âmbito das medidas políticas recentes que preconizam princípios de uma educação/escola inclusiva (Decreto-Lei n.º 54/2018) e de autonomia e flexibilidade curricular (Decreto-Lei n.º 55/2018), no sentido de identificar e analisar aproximações e distanciamentos entre discursos “oficiais”/legais e discursos de professores, assim como compreender implicações dessas propostas curriculares nos quotidianos escolares e no trabalho dos professores. De forma sucinta, os resultados aludem a uma aproximação no âmbito dos princípios que sustentam a educação inclusiva,

nomeadamente o princípio de atenção à diversidade dos alunos e de respeito pelos seus ritmos de aprendizagem; o afastamento evidencia-se nas eventuais possibilidades de autonomia dos professores quando confrontados com a profusão de tarefas burocráticas que surgem em contraciclo com o compromisso de uma mudança nos processos de desenvolvimento do currículo orientada para a flexibilidade curricular. Por fim, as autoras evidenciam o trabalho colaborativo entre pares como uma importante estratégia de ação coletiva potenciadora de práticas educativas mais inclusivas.

– No quinto texto, o foco de atenção passa para o âmbito da formação inicial de professores de educação física no contexto brasileiro. Assim, Ana Patrícia Queiroz, procede a uma análise da legislação brasileira sobre as orientações curriculares no âmbito desta formação inicial de professores, através de uma metodologia de investigação qualitativa, de natureza documental, descritiva e interpretativa, revertida no texto designado por “A formação inicial de professores de educação em desenvolvimento integral da criança: um olhar sobre as orientações curriculares formais”. Percebe-se, assim, que existe uma preocupação com a necessidade de olhar a escola como um contexto promotor do desenvolvimento integral do estudante, com a consolidação de experiências diversificadas que estimulam a aprendizagem através de competências e habilidades diversificadas, pelo que a formação inicial de professores deve proporcionar aos futuros profissionais de educação uma formação baseada na obtenção e ampliação de competências e habilidades profissionais (científicas, curriculares, pedagógico-didáticas e éticas) que os tornem aptos ao exercício da docência com o foco no desenvolvimento integral dos alunos. Como essência do estudo, a autora refere que as diretrizes brasileiras orientam a estruturação dos cursos para a formação inicial de professores, e em específico dos professores de educação física, para um currículo que deve abranger o conhecimento das dimensões biológicas, sociais, culturais, didático-pedagógicas, técnico-instrumentais do movimento humano, de forma a promover a construção do conhecimento profissional do professor no sentido de oferecer uma educação de qualidade com o foco no desenvolvimento do aluno enquanto ser integral.

– Por fim, terminamos o traçado pela síntese dos contributos contidos neste número da Revista de Estudos Curriculares, com o texto intitulado “Hegemonia curricular e cultural: implicações no contexto escolar”, da autoria de Daniela Schiabel, Jaqueline Santos Barboza e Helena Felício. Este texto refere-se a uma reflexão que se desenvolve em torno da questão da hegemonia cultural e curricular, das suas implicações no contexto escolar, e assume que o currículo é em si uma prática cultural. Assim, tendo como pano de fundo as relações entre currículo e cultura, as autoras consideram que lidamos com processos de atribuição de sentido e significado às práticas educativas, numa lógica de conquista de espaço e poder que promove uma certa reprodução cultural hegemónica. A discussão tenta, assim, nos consciencializar, como educadores, para a necessidade de refletir, de forma crítica, sobre as práticas nos contextos

escolares, para que não sejamos meros reprodutores de uma visão hegemónica e segregadora do currículo, que tende a dar visibilidade e espaço a uma cultura dominante. A cultura que interessa à escola pública e democrática, como espaço de construção histórica e social, vivenciada por todas as pessoas, está muito para além dessa visão restrita que uma certa elite pretende determinar e perpetuar.

Terminamos o editorial a desejar boas e proveitosas leituras, que este abrir de revista possa ser suficientemente motivador para agudizar o “saber mais”, tanto aqui como noutros espaços de natureza académica e científica, mas também nos contextos da prática, onde o currículo e a aprendizagem acontecem, transformando as pessoas em agentes da inovação e da mudança educativa.

### **Referências bibliográficas**

- Formosinho, J. (1987). O currículo uniforme pronto a vestir de tamanho único. In: Área de Análise Social e Organizacional da Educação (AASOE) (Org.). *O insucesso escolar em questão* (pp. 41-50). Braga: Universidade do Minho / Cadernos de Análise Social da Educação.
- Lemos Pires, E. (1989). Escolaridade básica universal, obrigatória e gratuita. In: E. Lemos Pires, C. Mourão, I. Abreu, J. J. Antunes, M. C. Clímaco, M. C. Roldão, M. J. Rau & M. O. Valente (Autores). *O Ensino Básico em Portugal* (pp. 09-40). Rio Tinto: Edições ASA.
- Maffei, L. (2018). *Elogio da lentidão*. Lisboa: Edições 70.